

ÉTICA E FACTIBILIDADE

ETHICS AND FEASIBILITY

Josué Cândido da Silva

UESC - Brasil

josil@uesc.br

Resumo: Um dos tópicos centrais da ética é a investigação acerca de um princípio ou fundamento que possa servir de critério para conduta. Tal princípio precisa ser suficientemente amplo para não se reduzir a uma moral de grupo delimitada sócio-historicamente, tampouco pode ser um ideal tão afastado da realidade a ponto de não ser humanamente factível. Nas formulações de Aristóteles em sua *Ética a Nicômaco* e na *Fundamentação Metafísica dos Costumes* de Immanuel Kant encontramos duas posições opostas em relação ao problema: enquanto Aristóteles afirma que só o que é realizável pode constituir-se como princípio ético, Kant postula um fundamento meramente possível, cujo valor não depende do fato de que venha ou não um dia a realizar-se. No presente trabalho discutiremos as soluções apresentadas por ambos os filósofos e as dificuldades que elas envolvem, ao mesmo tempo em que tentaremos demonstrar como o conceito de factibilidade, que aparece de modo marginal na ética de Aristóteles, constitui-se em condição ineludível para fundamentação da ética.

Palavras-chave: factibilidade, ética, fundamentação

Abstract: *The investigation concerning a principle or foundation that can serve as criterion for moral conduct is one of the central topics of the ethics. Such a principle needs to be wide enough for neither being reduced to a determined social and historical group morals, nor an ideal so far from the reality that cannot be humanly feasible. In Aristotle's formulation in his Nicomachean Ethics and in Immanuel Kant's Groundwork of Metaphysics of Morals, we find two opposite positions concerning the issue: while Aristotle affirms that only what is feasible can constitute an ethical principle, Kant postulates a merely possible foundation, whose value does not depend on the fact that one day it comes to be real. In this paper we discuss the solutions presented by both philosophers and the implied difficulties involved on them. At the same time we will try to demonstrate how the concept of feasibility that is marginally present in Aristotle's ethics, is in fact an inescapable condition for the constitution of ethical principles.*

Keywords: *feasibility, ethics, foundation.*

* * *

1. Factibilidade em Aristóteles

Uma das grandes questões da ética é estabelecer um princípio que possa servir de critério para orientar a ação, já que a ética é uma ciência normativa que diz como *devemos* agir para realizar determinados fins. No livro I, capítulo 6 de sua *Ética a Nicômaco*, Aristóteles está precisamente ocupado em estabelecer tal princípio. Em suas investigações, examina a noção de Bem Ideal elaborada pelo autor da “teoria das Idéias”. Entre as várias objeções a tal princípio, está o critério de factibilidade: se o Bem “(...) for uma unidade ou algo que existe separadamente e absoluto, claramente não será praticável ou atingível pelo ser

humano; mas o *bem* que ora buscamos é um bem alcançável pelo ser humano¹”. Ou seja, a ética é uma ciência prática, logo um princípio que não possa ser efetivado não pode figurar como um princípio ético.

Poder-se-ia objetar, entretanto, que o Bem Ideal poderia funcionar como um padrão. Desse modo, “saberemos mais facilmente quais as coisas são boas para nós e, conhecendo-as, obtê-las²”. O Bem Ideal, nesse caso, funcionaria como um ideal regulativo, no sentido kantiano: embora saibamos que não é algo atingível, pode servir como referência para orientar nossa ação na construção de metas factíveis. Por exemplo, para aumentar a velocidade dos trens, os engenheiros estudam formas de reduzir o atrito, mesmo sabendo que um sistema de atrito zero é impossível de ser construído. Aristóteles contesta que “se fosse um auxílio tão potente, seria improvável que todos os professores das artes e ciências devessem ignorá-lo e tampouco procurar descobri-lo. (...) Aliás, não parece que o médico sequer estude a saúde no abstrato; ele estuda a saúde do ser humano – ou melhor, de algum ser humano em particular porque cabe a ele curar indivíduos³”.

Não é nosso objetivo aqui aprofundar a validade do argumento empregado por Aristóteles, mas mesmo em seu tempo os médicos tinham um ideal de saúde com uma série de regras para se ter uma vida saudável. Possivelmente, Aristóteles pretendia apenas enfatizar que a finalidade da ética deve ser algo que esteja ao alcance de qualquer um e evitar a ilusão de buscar algo inatingível.

É pela mesma razão que estabelece a felicidade como objetivo da ética, mas a felicidade como “atividade que se conforma à virtude”, não como algo a que se chega, mas como atividade, ou seja, como uma forma de “viver bem” ou “dar-se bem”. A felicidade é parte da vida ativa, como resultado do exercício efetivo da virtude, já que, para Aristóteles, a virtude não é uma disposição que um homem pode ter

...sem que esta produza qualquer bom efeito, como por exemplo, quando ele se encontra adormecido, ou tenha suas funções suspensas devido a uma outra coisa. Entretanto, a virtude no exercício ativo não pode ser inoperativa; será necessariamente atuante e atuará bem⁴.

Além disso, não basta que o indivíduo seja virtuoso, para ser feliz é preciso igualmente que determinadas condições objetivas sejam cumpridas para que alguém possa ser considerado uma pessoa feliz:

alguém muito disforme ou de nascimento vil, ou sem filhos e sozinho no mundo, não corresponde a nossa idéia de um ser humano feliz, e talvez o seja menos ainda aquele que tem filhos ou amigos que são indignos, ou aquele que teve bons filhos ou amigos, mas os perdeu através da morte. Assim, como dissemos, parece efetivamente que a felicidade exige o acréscimo da prosperidade externa, sendo esta a razão de alguns indivíduos identificá-la com a [boa] fortuna (a despeito de alguns a identificarem com a virtude)⁵.

Por essa mesma razão, considerar-se-á inapropriado definir limites muito precisos do que seja a felicidade, ou regras universais válidas para toda e qualquer circunstância. Mesmo a famosa regra aristotélica de observar a mediana não se aplica a todas as virtudes, notadamente às virtudes que não têm mediana como temperança e justiça, assim como nas coisas que são viciosas por natureza (malevolência, imprudência, inveja). O máximo que podemos dizer é que uma pessoa virtuosa de posse das condições de bem-estar tem mais probabilidade de ser feliz.

¹ . ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco* (1096b). São Paulo: Edipro, 2007, p. 46.

² . Idem, p. 46.

³ . Idem, p. 47.

⁴ . Idem, pp. 52-53.

⁵ . Idem, p. 54.

2. O imperativo kantiano

A impossibilidade de determinar empiricamente as condições objetivas de uma vida feliz revela, segundo Kant, a inconsistência de tal princípio para ética. Para Kant, o fundamento para moral só poderia ser absoluto, isto é, metafísico. Por isso, elege como fundamento a vontade boa, cujo valor é determinado totalmente *a priori* pela razão, sem relação alguma com os efeitos práticos que possa vir a ter, ou seja, a “utilidade ou a inutilidade nada podem acrescentar ou tirar a este valor⁶”.

Dessa forma, Kant se livra do problema da comprovação do fundamento moral já que não necessário que exista ação alguma que lhe corresponda. Mesmo que jamais ser humano alguma aja realmente por dever, isso não invalida o fundamento da moral. Para saber se o que pretendemos fazer corresponde ou não a uma vontade absolutamente boa, tudo o que temos que fazer é verificar se eu posso querer que a máxima da minha ação se torne lei universal. Ou seja, se ela poderia ser considerada boa para qualquer ser humano racional. Para ilustrar, podemos usar o famoso exemplo kantiano sobre fazer uma promessa sem a intenção de cumpri-la para livrar-nos de dificuldades. Examinando então minha razão a ver se tal ação pode ser universalizável, logo percebo que não, pois se todos fizessem promessas sem a intenção de cumpri-las, ninguém mais daria crédito às promessas. Portanto, não devo fazer promessas se não pretendo cumpri-las.

A conclusão que extrai Kant é verdadeira, mas também seria se imaginasse o oposto. Se todos cumprissem suas promessas, elas deixariam de ser promessas. Ou seja, seria como substituir as transações a crédito por dinheiro vivo. O próprio conceito de promessa se dissolveria tornando-se uma palavra sem sentido. Promessas existem porque existe a possibilidade de não se efetivarem⁷. Se fazer uma promessa sem a intenção de cumpri-la ou mentir é certo ou errado, não podemos inferir partindo unicamente do critério de universalização. Pois é possível pensar em ações que não seriam não universalizáveis *a priori*, invalidando a possibilidade de deliberação. Por exemplo, se consulto a minha razão: devo ou não usar métodos contraceptivos? Se todos usassem métodos contraceptivos, a humanidade desapareceria. Se ninguém usar métodos contraceptivos, não teremos recursos naturais suficientes para atender as necessidades básicas de todos os seres humanos. Logo, nenhuma das duas possibilidades é universalizável.

Os imperativos kantianos só são válidos para o “mundo inteligível” do qual surgiram. Nesse sentido, que valor teriam para nós que não somos como os anjos (habitantes do mundo inteligível), mas cidadãos de “dois mundos” (sensível e inteligível)?

A saída seria tomar o fundamento da moral como um princípio regulativo e não constitutivo. Ou seja, como um ideal que apesar de não conter nada de empírico, poderia servir como parâmetro para ação, mesmo sabendo que tal ideal jamais poderá ser atingido. Mas não parece ser esta a proposta de Kant, já que a aproximação ou não da humanidade do ideal de um reino dos fins, embora seja desejável, não é algo que comprometa a validade do princípio formal da máxima moral.

Um tal reino dos fins realizar-se-ia verdadeiramente por máximas, cuja regra o imperativo categórico prescreve a todos os seres racionais, *se elas fossem universalmente seguidas*. Mas, ainda que o ser racional não possa contar com que, mesmo que ele siga pontualmente esta máxima, todos os outros se lhe conservem fiéis, nem com que o reino da natureza com a sua

⁶ . KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1974, p. 204.

⁷ . Em sua raiz latina prometer significa “atirar longe”.

ordenação de finalidade venha a concordar com ele, como membro apto, na realização de um reino dos fins que ele mesmo tornaria possível, quer dizer, venha a favorecer a sua expectativa de felicidade, a despeito de tudo isto aquela lei que diz: ‘Age segundo máximas de um membro universalmente legislador em ordem a um reino dos fins somente possível’, conserva a sua força plena porque ordena categoricamente.⁸

O seguimento universal das máximas implica a anulação da condição humana como pertencente a “dois mundos”, no sentido kantiano. Como o próprio Kant reconhece: “se eu fosse um mero membro do mundo inteligível, todas as minhas ações seriam perfeitamente conformes ao princípio da autonomia da vontade pura...”⁹. Mas como não sou, tal ideal é impossível de ser observado. Apesar disso, Kant insiste no cumprimento cego do imperativo categórico, mesmo sabendo que sua realização é faticamente impossível. Ao fazê-lo colocamos diante das aporias derivadas da observação das normas sem considerar seus efeitos práticos: “*Fiat justitia et pereat mundus*”. A tão discutida irresponsabilidade da ética kantiana (como o dever de não mentir, mesmo que isso possa acarretar a morte de inocentes), tem sua origem não no aspecto formal do imperativo, mas na impossibilidade de estabelecer mediações entre o imperativo e a realidade, semelhante ao bem ideal impraticável da crítica aristotélica. Como indica Aristóteles, não basta que o sistema ético seja coerente, é necessário verificar se ele é factível, isto é, possível humanamente.

3. Factibilidade e mediação histórica

Definir o que é factível não é tão simples quanto parece. Franz Hinkelammert sugere como método a necessidade de “conceber-se o impossível para através da experiência e análise da factibilidade conhecer o possível¹⁰”.

Uma impossibilidade que nos é mais familiar é a impossibilidade lógica. Se algo não é logicamente coerente não é factível nem agora nem no futuro. Mas quando falamos de factibilidade, não se trata apenas de impossibilidades lógicas, mas humanas. Algo pode ser logicamente possível, como uma viagem tripulada ao planeta Vênus, mas não é factível atualmente. Por outro lado, se nos contentarmos com aquilo que já foi comprovadamente demonstrado como factível, teríamos que nos curvar frente ao realismo político que reduz o dever ao ser, alegando sempre os riscos de qualquer interferência que possa mudar o rumo “natural” das coisas.

Como dizia Aristóteles, nós deliberamos não sobre o passado que não pode ser mudado, mas sobre ações futuras¹¹, o que implica na projeção de cenários possíveis. Como o futuro envolve certo grau de contingência e incerteza, os fins que perseguimos não podem desconsiderar tais fatores, mas sim ajustar-se a eles. É por essa razão que Hans-Georg Gadamer prefere falar em “imagens diretrizes” para indicar a subordinação dos princípios morais à ação criadora do indivíduo que os atualiza a cada momento através de sua prática¹². Consequentemente, em cada deliberação precisamos da *phronesis*¹³, (que pode ser traduzida por sabedoria prática ou prudência), pois “ninguém delibera sobre coisas que são invariáveis e sobre coisas variáveis que não sejam um meio para algum fim e este fim um bem atingível

⁸ . KANT, Immanuel. Op. cit., p.237

⁹ . Idem, p. 249.

¹⁰ . HINKELAMMERT, Franz. *Crítica à razão utópica*. São Paulo: Edições Paulinas, 1986, p. 17.

¹¹ . ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco* (1139b). São Paulo: Edipro, 2007, p. 180.

¹² . Cf. HERMANN, Nadja. Phronesis: a especificidade da compreensão moral. *Revista Educação*, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 2 (62), p365-376, maio/ago. 2007, disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/563/393>

¹³ . Cf. AUBENQUE, Pierre. *A prudência em Aristóteles*. São Paulo: Discurso, 2004.

pela ação...¹⁴”. Se a *phronesis* é o que me orienta na escolha dos melhores fins possíveis e dos meios mais apropriados para alcançá-los, não é ela, contudo, capaz de pensar o factível para além do fático, ou seja, transcender os limites da experiência passada. Os filósofos neoaristotélicos tentaram superar esse limite ao pensar em condições gerais de felicidade que possam ser estendidas a todos e não apenas ao que concerne ao indivíduo em cada caso¹⁵. Se não tentarmos o impossível, jamais testaremos os limites do que é factível. “As impossibilidades são experimentadas à medida que se perseguem fins, logo, sem a perseguição de fins, não podem ocorrer impossibilidades conhecidas. Somente o conhecimento de tais impossibilidades permite falar do possível”¹⁶. Por outro lado, orientar a conduta em termos de ideais irrealizáveis é algo francamente irresponsável. Entre ficar preso ao legado da experiência ou a normas absolutas, coloca-se o desafio de submeter os princípios éticos ao critério de factibilidade.

A ética só pode ser pensada em termos universais, do contrário, transforma-se em moral de grupo, etnia ou comunidade cujos valores estão circunscritos ao conjunto de membros que os partilham. Nesse caso, a ética fica reduzida à conduta moral e perde seu potencial crítico.

Um princípio ético é necessariamente uma projeção ideal que deve ser mediada historicamente através de metas factíveis. Por muito tempo, pensou-se que a única tarefa filosófica era a fundamentação da ética ou provar que tal fundamentação não era possível. Frente à ameaça que nos tornamos para nós mesmos, colocando em risco a existência não só da espécie humana, mas da vida no planeta como um todo, a fundamentação da ética continua sendo algo necessário, mas não suficiente. O filósofo que se exime da crítica aos pressupostos que levaram à crise atual e de pensar mediações históricas para ética, corre o risco de cair em um dos extremos muito comuns em nossa época: o da construção estéril de sistemas irrealizáveis ou da mera reafirmação de modos de vida individuais ou grupais. Tais extremos podem ser superados se rompermos com a dicotomia entre razão teórica e razão prática, reconhecendo os limites do possível sem, contudo reduzir o factível ao fático.

Ao perseguirmos fins, experimentamos impossibilidades antes desconhecidas por nós, mas não estenderíamos os limites do possível sem projetar ideais. É nessa relação dialética entre projeções ideais e factibilidade que a razão teórica e prática se apóiam mutuamente e se complementam.

¹⁴ . ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco* (1141b). São Paulo: Edipro, 2007, p. 187.

¹⁵ . Sobre este tema ver: SEN, Amartya. *Choice, welfare and measurement*. Oxford: Blackwell, 1982; Idem. *Inequality re-examined*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

¹⁶ HINKELAMMERT, Franz. *Crítica à razão utópica*. Op. cit., p. 256.